

CICLO “O ESTADO DO ESTADO; ESTADO, SOCIEDADE, OPÇÕES”

JANTAR/DEBATE

Segunda, 23 outubro 2017, 20:30h

Grémio Literário

Senhor Presidente do Grémio Literário, Dr. António Pinto Marques

Senhora Presidente do Centro Nacional de Cultura, Prof^a Doutora Maria Calado

Senhor Presidente do Clube de Imprensa, Dr. Dinis de Abreu

Ilustres Convidados

Minhas Senhoras e Meus Senhores

1. Muito agradeço o amável convite para este jantar-debate promovido pelo Clube Português de Imprensa, em parceria com o Centro Nacional de Cultura e o Grémio Literário. Quando o meu Colega Guilherme d’Oliveira Martins me “convocou”, literalmente e sem qualquer eufemismo, para este jantar, não imaginava que reencontraria tantos Amigos.

O tema que me foi proposto – “O estado do Estado; Estado, Sociedade e Opções” – não poderia ser mais relevante e interpela diretamente as nossas convicções sobre o papel do Estado nas sociedades contemporâneas.

Em Portugal, e permitam-me, desde já, uma conclusão provisória, como não tem havido uma adaptação do papel do Estado às mudanças da sociedade, verifica-se uma deficiente afetação dos recursos, com carências absolutas em áreas fundamentais da inequívoca responsabilidade do Estado e alguma desorganização funcional.

Muitos dos desafios colocados ao nosso País só poderão ser ultrapassados se respondermos, correta e coerentemente, a algumas questões-chave, a saber: Competitividade, Investimento, Contas Públicas, Segurança Social, Demografia e a Redução das Desigualdades.

Por outro lado, considero que uma discussão indispensável e sempre adiada, tem a ver com a dimensão do Estado Social, sobretudo na ótica da justiça intergeracional.

Uma das questões que tenho sempre presente e que muito me preocupa é a **questão das crescentes desigualdades**. Nos últimos anos temos assistido, infelizmente, a um aumento dos níveis de desigualdade, tanto em Portugal como nos restantes países desenvolvidos. Em particular, no caso português preocupamo-me, por um lado, o facto de a crise financeira ter gerado uma quebra nos rendimentos das famílias, em especial nas famílias com menores rendimentos; por outro, o facto de se verificar uma acumulação excessiva de rendimentos e riqueza no topo da distribuição.

É necessário, por isso, definir políticas estruturais que coloquem a economia de novo no caminho do crescimento sustentável. Este caminho deverá refletir uma maior igualdade de oportunidades e uma maior mobilidade social.

A gestão da economia de Portugal – e do resto do mundo - processa-se, e sobretudo irá processar-se, num contexto de alteração dos paradigmas tradicionais, trazida pela revolução digital e pela generalização da robótica e da inteligência artificial.

Um desafio que não é pequeno!

Mas as potencialidades também são imensas.

2. Na Fundação Calouste Gulbenkian estamos muito atentos a estas mudanças de paradigma. As nossas reflexões mostram que a resposta a estes abalos passa sempre pela **adaptabilidade, seja das pessoas, das empresas ou das instituições.**

Como garantir que a nossa sociedade se torne mais maleável dotando os seus agentes com maior adaptabilidade? Uma tarefa difícil!

A Fundação está empenhada em contribuir, em conjunto com a área pública, o sector privado e o terceiro sector, para uma resposta que garanta que o bem-estar chega a todos e que a dignidade da pessoa humana seja sempre respeitada.

Prometo não vos demorar o início do jantar, mas vou aproveitar esta oportunidade para partilhar convosco algumas ideias sobre a importância das **organizações da sociedade civil** e das **fundações nas sociedades ditas avançadas.**

Como sabem, iniciei em maio deste ano o meu mandato como Presidente da, porventura, mais relevante instituição filantrópica portuguesa e, nesta medida, sinto uma responsabilidade acrescida por justificar a nossa missão no contexto de um mundo em profunda transformação.

Quando a Fundação Calouste Gulbenkian iniciou as suas atividades, em 1956, Portugal era um país diferente daquele que hoje conhecemos e, necessariamente, a intervenção da Fundação teve de se adaptar a essas circunstâncias, ocupando muitos espaços em que o Estado de então se tinha demitido de desempenhar a sua função.

Por este motivo, a Fundação passou a ser conhecida como o Ministério da Cultura, o Ministério da Ciência ou o Ministério da Saúde, para dar apenas alguns exemplos. Felizmente para todos, hoje em dia, e após a entrada na União

Europeia, a situação tem vindo gradualmente a alterar-se, o que liberta a Fundação para responsabilidades de outra natureza.

Para além disso, surgiram entretanto outras instituições filantrópicas privadas no nosso país, o que, sendo sempre insuficiente, demonstra um salto muito qualitativo na perceção que os nossos concidadãos e as nossas empresas têm da sua responsabilidade para com a sociedade.

A Fundação, assumindo-se como agente de mudança, continuará a desenvolver a sua intervenção de forma a contribuir para a **produção de conhecimento** e para o **ensaio de soluções para os principais desafios da humanidade**. Porém, é necessário também que todos os sectores sejam mobilizados para este esforço, que deve ser coletivo. Precisamos de um novo olhar para cada um dos sectores.

No setor público, como já referi, exigem-se novas políticas que melhor incorporem preocupações de justiça intergeracional (incluindo obviamente a vertente ambiental) e promovendo melhor eficiência na gestão dos seus recursos financeiros e humanos, incentivando modelos de governança integrada e descentralizada, bem como novos modelos de contratualização de serviços orientados para resultados.

O setor privado terá de necessariamente incorporar a variável de impacto nos seus processos de criação de valor, seja através da incorporação de modelos de sustentabilidade ambiental em toda a sua cadeia de produção, seja pelo apoio ao desenvolvimento de novos modelos de negócio, em que o impacto social gerado é determinante para o seu sucesso.

O **terceiro sector**, onde se incluem as fundações, terá de apostar em novos modelos de gestão e personalizar o trabalho que desenvolve, indo melhor ao encontro das populações que serve.

Em síntese, num mundo que se caracteriza por uma crescente imprevisibilidade, um novo exercício de cidadania exige um sector público mais transparente, um sector privado mais responsável e um terceiro sector mais eficaz.

3. Com efeito, em relação ao Terceiro Sector, assistimos hoje a um movimento que reclama a importância e a oportunidade de uma abordagem mais estratégica, em que as instituições definem prioridades de modo a hierarquizar áreas de intervenção, inovando no modo de intervir nos problemas e, sobretudo, tendo sempre presente que é imperioso avaliar o impacto das suas iniciativas.

Verificamos, por isso, uma maior apetência para uma mudança de atitude e para o ensaio, no terreno, de novas metodologias e novos instrumentos.

Por exemplo, no caso da Fundação Calouste Gulbenkian, e sempre preservando o seu legado, decidiu-se para os próximos anos adotar uma agenda centrada na “**coesão e integração social**”, na **sustentabilidade** e no **conhecimento**, ou seja, uma aposta nos **grupos mais vulneráveis**, alicerçada numa profunda convicção de que a cultura constitui a base de uma sociedade aberta, inclusiva e tolerante.

Ao nível mais geral, estamos também a assistir a uma mudança dos protagonistas no sector da filantropia, bem como a uma alteração dos mecanismos clássicos de financiamento.

Em primeiro lugar, então, os filantropos do séc. XXI serão – em certa medida, já o são – os que construíram fortunas a partir da criação de novas soluções

tecnológicas e digitais que, como sabemos, alteraram por completo as dinâmicas da sociedade, construindo as grandes empresas globais dos nossos dias.

Tal é o caso de Bill Gates, fundador da Microsoft, ou mais recentemente de Mark Zuckerberg, fundador do Facebook, ou Sean Parker, cofundador do Facebook e do Napster, cuja intervenção filantrópica que se caracteriza por uma nova agenda focada em problemas concretos e mudanças sistémicas.

Sean Parker, ao criar a sua fundação em junho de 2015, publicou um manifesto no Washington Post chamado “Philanthropy for Hackers”. E cito esse artigo: “A utopia tecnológica dos hackers já transformou as nossas vidas. Mas o seu maior contributo para a sociedade está ainda por realizar – se quisermos manter o espírito criativo e intelectual que nos trouxe até aqui”.

Esse contributo que ainda está por realizar diz respeito à interligação entre as novas formas de trabalho e potencialidades da tecnologia e os principais problemas sociais com que o mundo a cada dia se debate.

Por outro lado, as regras de financiamento do sector filantrópico estão também a alterar-se sobretudo com a nova agenda do investimento social.

O investimento social situa-se entre a filantropia tradicional (financiamento de projetos a fundo perdido), e o financiamento tradicional (cujos requisitos são inadequados e inacessíveis às organizações sociais).

Caracteriza o investimento social o facto da decisão de investimento ser feita com base nos resultados sociais do projeto ou da organização, para além da análise do retorno.

4. É minha convicção que o movimento fundacional em Portugal tem potencial para fazer mais e melhor. Não apenas pelo impacto das atividades das Fundações

criadas no passado recente, com percursos diferenciadores na construção de uma nova agenda da sociedade civil portuguesa, mas também porque acredito que há margem de crescimento deste sector em Portugal.

Portugal, apesar de ocupar a 41^a posição no ranking do PIB *per capita*, segundo o FMI, e igual posição no Índice de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas, ocupa apenas o centésimo quarto lugar no World Giving Index, promovido pela Charities Aid Foundation.

Estes dados demonstram que não existe correlação evidente entre riqueza e filantropia no caso de Portugal. Numa perspetiva mais otimista, estes dados mostram também que há capacidade de atrair mais recursos para fortalecer a sociedade civil portuguesa, assim ela esteja devidamente mobilizada e comprometida com uma agenda de mudança do nosso país.

A terminar, não posso deixar de pensar na enorme responsabilidade que a nossa geração tem pela frente. Em função da **crescente desigualdade** (dentro e entre países), do **impacto das tecnologias**, designadamente no mercado de trabalho e do **ritmo vertiginoso** em que se processam as mudanças, um relatório recente do European Foundation Centre – com base em inquéritos de diferentes organizações internacionais – aponta para consequências políticas muito graves:

- Angústia
 - Perda de confiança nas elites
 - Perda de confiança nas instituições democráticas
- e, mais preocupante
- Perda de esperança no futuro.

Só me ocorre uma esperança: a **cultura**, os **valores humanistas** e o **nosso legado civilizacional** são simultaneamente o nosso refúgio e a nossa fonte de inspiração.

E, sobretudo, o **inconformismo dos mais jovens** é a melhor garantia de que um **renovado equilíbrio** e um novo contrato social serão possíveis e que o futuro ainda não está escrito.

Muito obrigada.

Isabel Mota